

História Diversa

Danila Barbosa de Castilho
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho

(Organizadora)

História Diversa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H673 História diversa [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-054-4

DOI 10.22533/at.ed.544192201

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Filosofia. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A história preocupa-se com o estudo do homem no tempo. O tempo é compreendido como algo complexo, não linear e os documentos produzidos no passado são vestígios que podem ser interpretados sob diferentes perspectivas.

O conhecimento histórico é construído num processo constante de reflexão com os autores, as fontes e as relações sociais. Essa construção torna-se uma tarefa atenta aos contextos e com rigor quando o pesquisador problematiza suas fontes.

Neste processo de construção o passado é lido a partir do presente utilizando fontes – que podem ser escritas, orais, fotográficas, entre outras – e em diálogo com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a teologia, a antropologia e etc.

Essa diversidade de fontes, temas e diálogos estão presentes nos textos apresentados nesta coletânea. Diferente das ciências exatas a história está sempre em busca dos porquês.

Ao encontrar uma possível resposta o historiador pode modificar análises feitas anteriormente e provocar novas investigações sob outros pontos de vista. Assim espera-se que esta obra possa, além de divulgar textos recentes, estimular novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE	
Maralice Maschio	
DOI 10.22533/at.ed.5441922011	
CAPÍTULO 2	20
SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA <i>CASA GRANDE & SENZALA</i>	
Lidiana Gonçalves Godoy Zanati Ricardo Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5441922012	
CAPÍTULO 3	27
<i>PONTIFEX MAXIMUS</i> E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
DOI 10.22533/at.ed.5441922013	
CAPÍTULO 4	43
SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS	
Priscila de Andrade Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5441922014	
CAPÍTULO 5	55
A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960	
Olívia Candeia Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5441922015	
CAPÍTULO 6	67
A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.5441922016	
CAPÍTULO 7	75
A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA	
Douglas Pastrello	
DOI 10.22533/at.ed.5441922017	
CAPÍTULO 8	86
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	
Mayra Coan Lago	
DOI 10.22533/at.ed.5441922018	

CAPÍTULO 9	102
COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.5441922019	
CAPÍTULO 10	119
FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.54419220110	
CAPÍTULO 11	128
O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)	
Cristiane Medianeira Ávila Dias	
DOI 10.22533/at.ed.54419220111	
CAPÍTULO 12	141
CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES	
Márcia Regina Bierhals	
Nóris Beatriz Costa Ney	
DOI 10.22533/at.ed.54419220112	
CAPÍTULO 13	149
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA	
Valtuir Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220113	
CAPÍTULO 14	161
O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristina Aparecida de Carvalho	
Michelle Castro Lima	
Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.54419220114	
CAPÍTULO 15	175
O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES	
Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.54419220115	
CAPÍTULO 16	182
UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO	
Augusto José Savedra Lima	
Nilton Paulo Ponciano	
Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.54419220116	

CAPÍTULO 17	190
MULHERES <i>QUEER</i> : CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS	
Edson Sucena Junior	
DOI 10.22533/at.ed.54419220117	
CAPÍTULO 18	202
“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESSENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Talita Gonçalves Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.54419220118	
CAPÍTULO 19	213
A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220119	
CAPÍTULO 20	229
A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM <i>MARU</i> DE BESSIE HEAD	
Valdirene Baminger Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.54419220120	
CAPÍTULO 21	241
AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)	
Karla Leandro Rascke	
DOI 10.22533/at.ed.54419220121	
CAPÍTULO 22	256
ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO	
Pedro Pio Fontineles Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54419220122	
SOBRE A ORGANIZADORA	268

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO

Mayra Coan Lago

Universidade de São Paulo-USP, Brasil
São Paulo- SP

RESUMO: Analisaremos e compararemos as questões cotidianas de vida e de trabalho, no Brasil estadonovista e na Argentina peronista, por meio das cartas dos trabalhadores brasileiros para Getúlio Vargas (1937-1945) e argentinos para Juan Domingo Perón (1946-1955). Para tal, consideraremos algumas das demandas, das aspirações e dos usos dos discursos governamentais, procurando compreender como estes trabalhadores experimentaram, viveram e atuaram nestes governos. Do mesmo modo, observaremos os distintos “chamados políticos” dos presidentes, assim como o tratamento destas cartas, pelas burocracias estatais, avaliando também como estes dois aspectos mais amplos eram importantes não apenas para a propaganda política, mas principalmente para a constituição, em alguns casos, e manutenção, em outros, do “diálogo direto” entre os governantes e os governados.

PALAVRAS-CHAVE: cartas; trabalhadores; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

ABSTRACT: We will analyze and compare the daily questions of life and work in the Brazilian state and Peronist Argentina, through letters

from Brazilian workers to Getúlio Vargas (1937-1945) and Argentinean letters to Juan Domingo Perón (1946-1955). To do this, we will consider some of the demands, aspirations and uses of governmental discourses, trying to understand how these workers experienced, lived and acted in these governments. In the same way, we will observe the different “political calls” of the presidents, as well as the treatment of these letters, by the state bureaucracies, also evaluating how these two broad aspects were important not only for political propaganda, but mainly for the constitution, in some cases, and maintenance, in others, of the “direct dialogue” between the governors and the governed.

KEYWORDS: letters; workers; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

1 | INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é analisar e comparar as questões cotidianas de vida e de trabalho dos trabalhadores durante o Estado Novo (1937-1945) e o Primeiro Peronismo (1946-1955), a partir das cartas dos trabalhadores enviadas para Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, recebidas pela Secretaria da Presidência, no caso brasileiro, e pela Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência, posteriormente transformada em Ministério de Assuntos

Técnicos da Presidência, no caso argentino.

A escrita e o envio das cartas argentinas estão inseridos em dois momentos principais do Primeiro Peronismo: 1946, após a apresentação do Primeiro Plano Quinquenal no Parlamento, no dia 21 de outubro, e 1951, após o discurso político de Perón do dia 3 de dezembro, irradiado em cadeia nacional de rádio. Embora estes sejam os marcos, a escrita e o recebimento de cartas ocorreu durante todo o Primeiro Peronismo.

Consideramos os “convites” de Perón, seja em 1946 ou em 1951, para os trabalhadores enviarem suas sugestões e inquietudes como um chamado político direto e pessoal do presidente. No caso de Vargas, o mesmo não ocorreu de forma direta, senão indireta, sendo sustentado sobretudo pela valorização das cartas recebidas, pelos seus Ministros e pela propaganda política governamental, especialmente a partir de 1942.

Os significados destes chamados devem ser interpretados de forma profunda e ampla, em que se estabeleceu a relação direta e pessoal entre Vargas/Perón/governo e os trabalhadores/povo. O diálogo “direto” com os presidentes nos permite notar as circularidades, apropriações e ressignificações dos discursos oficiais, mas principalmente refletir sobre as múltiplas percepções do “fazer-se” dos trabalhadores brasileiros e argentinos, tal como os distintos “papéis” assumidos em um determinado momento da história política destes países.

Do ponto de vista teórico-metodológico, dialogamos com estudos gerais e específicos sobre cartas porque contribuem na nossa reflexão sobre as possibilidades de trabalho e interpretação das cartas. Dos gerais, destacamos o livro de Angela de Castro Gomes (2004) e o capítulo de Teresa Malatian (2015) por partirem de abordagens gerais de cartas, que envolvem os questionamentos mais amplos, como: a autoria e a leitura da carta, as condições e locais em que foram escritas, os códigos sociais utilizados (formas de tratamento, argumentação), onde foram encontradas e guardadas e quais temas foram tratados. Malatian (2015) ainda ressalta que a carta deve ser confrontada com outros documentos, a fim de alcançar uma percepção nuançada dos objetivos, conteúdos e explicações. A historiadora sugere que, sempre que possível, as duas pontas da correspondência- ativa e passiva- entre dois indivíduos seja unida, pois permite a construção de um quadro analítico rico. Apesar de suas particularidades, tais estudos ofereceram importantes contribuições, especialmente na análise do conteúdo das cartas e no que concerne na *escrita de si*.

Além destes trabalhos, os estudos sobre as cartas aos governantes, no Brasil e na Argentina, contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste estudo, inclusive nos motivando nesta empreitada. No caso brasileiro, destacamos os dos historiadores José Rogerio da Silva (1992), de Jorge Ferreira (1997), de José Rogério Franco Reis (2002), de Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2008). No caso argentino, o capítulo do livro do historiador e ensaísta argentino Omar Acha (2013) e o livro recém-lançado da historiadora norte-americana Donna Guy (2017) também são fundamentais para o

desenvolvimento deste trabalho.

No tocante à escolha do método comparativo, Maria Ligia Prado (2005), inspirando-se em Marc Bloch, considera que, para comparar, é preciso escolher dois ou mais fenômenos, que pareçam apresentar certas analogias, em um ou vários meios sociais diferentes. Em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros.

De preferência, deve-se estudar, paralelamente, sociedades vizinhas e contemporâneas, submetidas, em virtude de sua proximidade, à ação das mesmas grandes causas, remontando a uma origem comum. A leitura criteriosa das fontes deve induzir a formulação de novas questões ou problemas, que permitam o surgimento de novos enfoques e novas interpretações. No nosso caso, para refletirmos sobre os aspectos comuns e as particularidades das questões de vida e de trabalho durante ambos os regimes de forma mais específica e sobre a construção do espaço simbólico, por ambas as partes, assinalando as semelhanças e as particularidades dos casos, de forma mais geral. Para tal, este trabalho inicial tem duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais: na primeira apresentaremos as estruturas governamentais e os chamados políticos e na segunda analisaremos parte das cartas dos trabalhadores dos mais distantes rincões no Brasil e na Argentina.

BUROCRACIAS ESTATAIS, CHAMADOS POLÍTICOS E PROPAGANDAS NOS TEMPOS DE VARGAS E PERÓN

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas desferiu um golpe e promulgou uma nova Constituição, que legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar os espaços das liberdades políticas, controlar os movimentos dos trabalhadores, disciplinar a mão-de-obra e industrializar o país. O Estado intervencionista promoveu sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, nas integrações do país (política, social e territorial), na promulgação dos direitos trabalhistas e sociais e na construção do progresso dentro da ordem. Segundo Maria Helena Capelato (2009), durante o Estado Novo, Vargas contou com o apoio das Forças Armadas, da Igreja, de parte dos trabalhadores e dos proprietários.

No que tange à reestruturação governamental e, mais especificamente aos órgãos de recebimento das cartas, concordamos com Jorge Ferreira (2011) ao afirmar que somente nos anos 1930 que a situação da secretaria de governo foi regulamentada com a criação da Secretaria da Presidência da República, responsável pelo Gabinete Civil e serviços anexos, sendo que o seu secretário teria prerrogativas de ministro de Estado¹. Apesar das modificações, desde o início, a Secretaria foi pensada como um órgão amplo e com diversas subdivisões, que estaria vinculado ao poder executivo e serviria para organizar o Estado, coordenar as atividades com os demais organismos

¹ Os serviços da Secretaria seriam reorganizados novamente em 1934 e em 1937.

do governo e mediar as relações entre os distintos setores da sociedade.

A Secretaria também ficaria responsável pela comunicação política do governo, sendo responsável pela construção, controle e manutenção das imagens do regime durante os quinze anos do governo Vargas, sendo os secretários seus principais responsáveis. Durante estes anos, três tiveram destaque no organismo: Gregório da Fonseca durante o governo provisório, Ronald de Carvalho em 1934, Artur Guimarães de Araújo Jorge, entre 1935 e 1936, e Luiz Vergara, de 1936 até o fim do Estado Novo.

A preocupação com a profissionalização dos órgãos e de seus funcionários está inserida em uma conjuntura de extremo controle político e social, decorrente também da crescente oposição à Vargas, da repressão policial nos sindicatos e da insatisfação social, que antecederam o Estado Novo brasileiro. Tal cenário contribuiria para a conformação de um modelo ideal autoritário de funcionário público, que estivesse desconectado da vida política do país. As diretrizes para este modelo ficariam mais evidentes nas leis que seriam promulgadas, como a lei de segurança nacional, de 4 de Abril de 1935, que definia os crimes contra ordem política e social do Estado e que dedicava dois artigos aos funcionários públicos. Todo este aparato foi fortalecido com a conflagração do Estado Novo brasileiro.

Com relação à estrutura e ao trabalho desenvolvido, a análise dos relatórios permite notar que a Secretaria era responsável pela correspondência. Como as cartas poderiam ser dos mais diversos remetentes, a Secretaria contou com diretrizes para a padronização do trato dos documentos e a necessidade dos históricos e pareceres, observamos que uma série de detalhes deveria ser respeitado, especialmente no que se refere ao recebimento, ao trâmite e ao tempo de resposta das cartas.

As cartas recebidas deviam ser transformadas em processo administrativo e, de acordo com o tema e o assunto, enviadas aos órgãos estatais que pudessem dar um parecer positivo ou negativo. A resposta da carta era assinada pelo secretário, mas em nome de Getúlio Vargas, como se o presidente tivesse ciência do conteúdo e se preocupasse com a resolução do problema apresentado. A rapidez e a eficiência também comporiam as tônicas do órgão, uma vez que o mesmo ocupava um papel político importante dentro do governo, como principal órgão de coordenação estatal, comunicação do governo e mediação entre o presidente e os demais estratos da sociedade brasileira e estrangeira.

Nove anos mais tarde, em 1946, Juan Domingo Perón, que já havia participado do governo da “Revolução Nacional” - ocupando os cargos de Vice-Presidente, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho de Pós-Guerra e Secretário de Trabalho e Previdência- vence as eleições pelo Partido Laborista, governando o país até 1951, quando foi reeleito para o cargo pelo Partido Peronista. Durante o primeiro governo, Perón contou com o apoio de parte dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, de setores das Forças Armadas e da Igreja. No que se refere ao contexto econômico, com o fim da Segunda Guerra, o país devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu (CAPELATO,2009). Tal situação

contribuiu para a melhora do nível de vida dos argentinos, possibilitando a propagação das imagens de “mundo feliz”.

No caso dos órgãos governamentais e, mais especificamente das cartas, as atribuições do funcionário da Secretaria Técnica seriam mais amplas e detalhadas que as do brasileiro. A secretaria sucedeu o Conselho Nacional do Pós-Guerra (CNP), que era uma instância técnico-burocrática e tinha como objetivo realizar estudos sobre a Argentina do período da Segunda Guerra Mundial e as possíveis consequências do final do conflito, estabelecendo estratégias para o período posterior. Tais estudos seriam amplamente utilizados como base do Plano de Realizações e Inversões para o Quinquênio 1947-1951, também conhecido como Plano Perón ou Primeiro Plano Quinquenal argentino.

Em 1946, o CNP foi transformado na Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência (ST), sendo dirigida pelo espanhol Francisco Figueroa. A ST seguiria com amplas competências como planificação, coordenação sistemática e execução de todas as questões vinculadas às esferas financeira, econômica e social. De acordo com Patrícia Berrotarán (2013), a ST tinha um caráter de Ministério, com certa autonomia para lidar com as oposições internas e políticas.

Segundo Berrotarán (2013), apesar da ideia de planificação de Figuerola ser idealizada como um processo coletivo, construído pelo consenso da maioria, desde o início o secretário detectou fortes obstáculos para colocar em prática ideias tão divergentes. Dentre os obstáculos, destacou a ausência de um núcleo burocrático e técnico competente para implementar ações e realizar o plano de governo. Para lidar com a questão, a Secretaria implementou um programa global e sistemático, voltado para a formação de funcionários. O programa permitia não apenas a formação de um corpo técnico competente, como também procurava doutrinar e controlar político e ideologicamente os funcionários, em especial os que eram identificados como opositores ou inimigos do governo².

Alguns aspectos da profissionalização dos órgãos e dos funcionários se assemelhavam com às do caso brasileiro, como a opção do ingresso por concurso público, o controle ideológico e a censura aos funcionários que não seguiam ou concordavam com as ideias do regime peronista. Do mesmo modo, assim como no Brasil, os funcionários argentinos deveriam seguir diretrizes para trabalhar com os documentos recebidos, também revelando uma preocupação com a padronização e profissionalização dos funcionários públicos. Apesar destas semelhanças, consideramos o caso argentino mais emblemático pela intensa produção de material doutrinador, voltado para os funcionários públicos.

Com a nova Constituição de 1949 e a reforma ministerial, a antiga Secretaria

² Dentre os materiais produzidos pela ST, destacamos o “*Ayuda memoria referente a la orientación política del gobierno*”. O manual didático, como o próprio título indica, refletia a imagem que o governo produzia de si mesmo a partir de informações selecionadas como a sua organização, orientação, conformação das estruturas ministeriais, os conselhos e as suas relações mútuas.

foi transformada em Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência (MT), sendo o médico Raul Antonio Mende o seu responsável. A partir das atribuições, podemos notar que o órgão era um aperfeiçoamento da antiga secretaria, mantendo ou ampliando algumas das funções anteriores e tendo novas. O novo organismo manteve algumas das responsabilidades do anterior, como a execução do Primeiro Plano e a organização do Segundo Plano Quinquenal, mas teve algumas ampliadas.

A estrutura do MT era muito maior do que a Secretaria brasileira e a anterior argentina, inclusive com mais verba e funcionários. Além deste aspecto, outro diferencial encontrado na documentação é o aprofundamento da “profissionalização” e do “doutrinação” dos funcionários públicos, além da preocupação com a segurança do organismo³.

A ampliação do organismo estava inserida em um segundo momento do governo peronista, marcado pela crise econômica, pela inflação, suspensão de subsídios públicos e queda de salários. O “mundo feliz” do primeiro governo já não existia mais. O descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da igreja, que acabou rompendo com o governo. O cenário foi marcado pelo acirramento da oposição sindical e pelas greves dos trabalhadores. A complexidade do momento aumentaria com a morte de Eva Duarte Perón, em 1952.

Além da conjuntura mencionada, o período é marcado pelo trabalho de Raúl Alejandro Apold na Subsecretaria de Informações da Presidência. De acordo com Plotkin (2013), a partir deste momento, a “doutrina” peronista se transformaria no *leitmotiv* da propaganda oficial, enquanto os programas de doutrinação peronista eram estabelecidos nas escolas públicas e nos organismos oficiais. Ainda segundo o historiador, o regime começou a propagar, de maneira mais intensa, uma dinâmica simbólica cujo centro era Perón e Eva Perón.

Uma das razões possíveis da preocupação com a doutrinação no caso argentino pode ser identificada nos diferentes tipos de regimes no Brasil e na Argentina. Conforme assinalou Capelato (2009), Vargas não tinha necessidade premente do apoio popular pois negociava com vários grupos da sociedade, além de contar com o apoio das Forças Armadas, que asseguraram a vitória do golpe de 1937. Na Argentina, ao contrário, Perón, após o 17 de outubro de 1945, despontou como o candidato natural das classes trabalhadoras e dos setores médios de baixa renda. Além disto, venceu duas eleições, de 1946 e 1951, com o voto popular. Nestas circunstâncias, o peronismo necessitava do apoio das massas para a sua manutenção no poder, o que acabou por transformar a classe trabalhadora na sua base e força política.

³ Em 1950, tal preocupação resultou em reuniões de informação, que tratariam das obras e da doutrina peronista, todo primeiro sábado do mês, a partir das 11 horas, no Teatro Colón. A presença era obrigatória e controlada, sendo que os funcionários deveriam chegar às 10:30 horas. Dois anos depois, iniciou-se um ciclo de conferências, intituladas de “doutrinação”, voltadas para os funcionários do Ministério. O ciclo de conferências era uma extensão da primeira atividade mencionada, mas agora a mesma seria realizada com mais frequência, todas as quintas, no meio da tarde. A atividade tinha como objetivo não apenas a divulgação como também o culto e o enaltecimento ao governante e à sua esposa.

Os esforços do governo peronista advinham por continuarem encontrando problemas com alguns funcionários públicos, que eram considerados opositores do governo, e pela própria conjuntura que enfrentava. O argumento mais utilizado para a doutrinação, controle e segurança era a elaboração e execução do Segundo Plano Quinquenal, que deveria contar com a contribuição de todos os argentinos e, em especial, dos funcionários deste Ministério, que coordenava a ação dos outros Ministérios e informava, periodicamente, ao executivo o andamento do plano.

No que se refere aos trabalhos dos organismos, assim como no Brasil, os funcionários argentinos também tinham como uma das atribuições o recebimento das cartas e deveriam seguir diretrizes para trabalhar com os documentos recebidos. O processo de encaminhamento das cartas era bem semelhante ao caso brasileiro. Os telegramas e as cartas recebidas eram lidos, sendo que algumas partes, como os objetivos ou os efeitos dos pedidos, eram grifadas em vermelho. Posteriormente, os funcionários faziam um breve relatório sobre as mesmas, classificando-as por temas e assuntos, para então serem enviadas aos demais Ministérios. Os responsáveis pelas cartas nos Ministérios deveriam fazer um novo relatório, constando de uma síntese, considerações e conclusões.

Caso a sugestão ou o projeto interessasse ao Ministério, era aberto um processo, com uma pasta especial. Ademais, em casos especiais, era enviada uma nova carta ao remetente, solicitando audiência, e, posteriormente, um parecer sobre a mesma. No caso das cartas referentes ao Segundo Plano Quinquenal, em teoria, as melhores propostas seriam incorporadas ao mesmo.

As estruturas mencionadas revelaram que, por trás da noção de “diálogo direto” entre o governante e os governados, existiu elaborados aparatos governamentais, com diversos mediadores especializados, que tornaram a sustentação do “diálogo direto” possível. As estruturas também tiveram um papel político importante, pois deveriam refletir a imagem e ideologia oficiais dos regimes, prezando pela eficiência e profissionalização, como um eficiente e amplo canal de comunicação entre o governo central e a sociedade, que ultrapassou sua função meramente administrativa-científica. Assim, as Secretarias e o Ministério também contribuíram para a construção e a sustentação das imagens dos “novos” momentos, tal como de governos eficientes e à serviço de todos os seus cidadãos.

Além destas estruturas, vale assinalarmos as particularidades dos chamados políticos. No que se refere ao Brasil, consideramos que o mesmo foi estabelecido de forma indireta, por meio da valorização da escrita e do envio da correspondência para o presidente. A escrita e o envio das cartas foram valorizados e utilizados por Alexandre Marcondes Filho, então Ministro do Trabalho, entre os anos 1942 e 1945.

De acordo com Gomes (2002), após tomar posse do MTIC em 1942, de janeiro deste ano a julho de 1945, o ministro passaria a ocupar todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa *Hora do Brasil*, produzido pelo DIP e irradiado pela Rádio Nacional. Neste programa, recebia consultas, comentários,

referências e sugestões de um público que incluía trabalhadores e outros setores. Em diversas oportunidades, o Ministro citava as cartas para ressaltar a profissionalização do processo, referir-se à algum caso ou tratar de alguma legislação específica. Ademais, as mesmas também foram utilizadas para a construção e manutenção das imagens oficiais sobre o governo e suas realizações, as qualidades do governante, dos trabalhadores e da própria relação especial entre Vargas e as pessoas comuns.

Já no caso argentino, o mesmo foi constituído de forma direta, por meio da convocação da população, primeiro, em 1946, para fazer comentários sobre um plano que estava pronto e depois para enviar suas inquietudes e projetos para um que ainda seria preparado. Posteriormente, em dezembro de 1951, em discurso irradiado em cadeia nacional, sob o lema “*Perón quiere saber lo que su Pueblo necesita*”, o presidente argentino fez a convocatória. Embora ambos sejam simbólicos, a diferença que se observa entre os dois chamados políticos está no caráter e no ângulo sugeridos pelo governo. No caráter, no sentido de tipo, pois, no primeiro, Perón convoca os argentinos para comentar sobre um plano que já estava pronto e, no segundo, para escrever sobre um que ainda estava para ser elaborado e promulgado. De ângulo porque, no primeiro, o indivíduo deveria falar somente sobre a esfera pública, a partir de aspectos preestabelecidos, algo mais impessoal, enquanto, no segundo, isso estaria combinado com os seus pedidos e inquietudes, algo mais pessoal e abrangente.

No que diz respeito à propaganda política, a revista *Mundo Peronista*, produzida pela Escola Superior Peronista, entre julho de 1951 e setembro de 1955, contribuiu para tal valorização e, assim, reforçava, em quase todas as matérias, a importância da participação popular para elaborar e executar o Segundo Plano Quinquenal. Embora a escrita e o envio das cartas não tenha sido interrompida neste período, este momento é considerado um segundo marco pelos pesquisadores, seja pelo seu significado simbólico ou pelo montante de cartas recebidas pelo governo, chegando a 70 mil cartas. De acordo com Acha (2013), a enorme quantidade de pedidos obrigou o governo a prorrogar o prazo do recebimento das cartas, que se iniciara com o mencionado discurso de 3 de dezembro de 1951, até o último dia de janeiro de 1952. Apesar da prorrogação, o envio continuou até 1955. No que se refere ao tratamento, não observamos grandes mudanças das recebidas no primeiro momento.

CONFIAMOS AÇÃO DE ESCLARECIDO ESPÍRITO, CON ESPERANZA EN SU ESPÍRITO JUSTICIERO: QUESTÕES COTIDIANAS E DE TRABALHO

As cartas dos trabalhadores brasileiros e argentinos eram assinadas por indivíduos, homens e mulheres, e por coletivos, representando associações, sindicatos, comerciantes, industriais e clubes esportivos, provenientes dos mais distintos locais nos dois países e fora deles. Se no caso brasileiro não identificamos um modelo de carta, no argentino, a grande maioria das cartas tinha como estrutura: saudação inicial à Perón; apresentação em que constavam nome e sobrenome do remente, número de

identificação, número da carteira peronista, sede a qual pertencia, cidade e endereço; convites, solicitações, projetos e comentários; e um encerramento.

No que se refere às condições de vida, barateamento do custo de vida, falta de água, construção de casas, escolas e execução de obras públicas foram algumas das temáticas comuns e mais mencionadas nos dois países. Já com a questão do trabalho, de similaridade, destacamos: os casos de descumprimento da legislação trabalhista, os pedidos de emprego e os comentários sobre a legislação do período. Apesar destes aspectos comuns, há particularidades importantes, próprias das conjunturas e das especificidades destes países e governos, as quais trataremos a seguir.

No caso brasileiro, no que se refere às condições de vida, a fome e a seca foram temas recorrentes nas cartas provenientes do norte de Minas Gerais e do Nordeste, enquanto o alagamento dos campos, foram os que mais figuraram das cartas provenientes do Sul do país, em especial no caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. José Geraldo da Cruz, escreve do Ceará, em 1939, pedindo a atenção de Vargas⁴ A carta de José revela o desamparo das mais variadas instâncias do Estado Novo no que se refere à situação do Ceará. Ante uma situação de desespero com a fome, o missivista escreve ao presidente Vargas, apelando ao “esclarecido espírito” para uma solução dos seus problemas. Ele também escreve representando o “legítimo sentimento do povo”, que confia no governo “dedicado” e “amigo” da sua gente. A apropriação e o uso das mensagens do discurso oficial se deram a partir da combinação de imagens sobre o governante e sobre o povo. Consideramos que tais aspectos serviriam para justificar a escrita e legitimar ainda mais o pedido.

No mesmo ano, Joaquim Angelim escreve de Pernambuco, solicitando também a ajuda do presidente para a questão da seca no seu Estado. Tal como José, Joaquim constrói seu argumento a partir de uma situação de aflição, com base em determinadas tônicas do Estado Novo, como a atenção aos trabalhadores, que não estava ocorrendo em seu estado. Além dos aspectos do discurso oficial, o missivista também fez comentários sobre as implicações para uma não resolução do problema, que poderia ocasionar o êxodo rural e, conseqüentemente, peste. Ambas as cartas- de José e de Joaquim- mostram, ainda que não de forma explicitada, a ausência do Estado nestes locais, assim como do “Brasil novo” que permanecia somente nos centros.

Pedidos de aflição similares também ocorreram nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nos casos anteriores, não identificamos a menção explícita da ausência da atuação do governo federal, mas no caso mineiro, a mesma ficou evidenciada. Os missivistas escrevem em 1939, reclamando da grave seca de 1938 e da falta de atenção das mais variadas autoridades municipais, estaduais e federais⁵. Na carta, os missivistas reivindicam o direito de fazer parte, na prática, da “grande família brasileira” do Estado Novo. Eles também não entendem porque ainda não foram considerados, uma vez que cumprem

4 AN-SP, lata 171.

5 AN-SP, lata 171.

os papéis solicitados pelo governo, como homens ordeiros, trabalhadores e amantes do regime, que contribuem para a construção do “Brasil Novo”. Por tudo isso, eles pedem a atenção e a mediação do presidente Vargas, para que possibilite a solução do caso da seca no seu estado.

O desespero e a aflição produziram uma diversidade de argumentos para apelar ao presidente, para que sua causa fosse solucionada. Além dos apelos, os missivistas, por conhecerem a região, também faziam propostas de como a situação poderia ser melhorada. Na grande maioria dos casos, a solução viria por meio da execução de obras públicas, que não apenas contribuiriam para o emprego destas pessoas e redução da situação aflitiva, como também para o desenvolvimento destas regiões e, conseqüentemente, do país como um todo.

A questão da fome e da seca passaram a ser tratadas juntamente com outra questão: a da carestia de vida. Apesar das particularidades das cartas da região Sudeste com as demais regiões, concordamos com Silva (1999) ao observar que o que aparecia nas missivas não era a indignação, mas a surpresa do desconhecimento do aumento dos preços dos produtos.

Para os trabalhadores era sabido que o aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade, que acabava deteriorando as condições de vida da classe, não podia fazer parte da política social do regime de proteção e revalorização dos trabalhadores. Sobre o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, alguns trabalhadores sugeriram planos para que o barateamento fosse possível. Dentre os planos figuravam àqueles que pensaram a partir da nacionalização do comércio, sendo que o Estado controlaria tudo.

No que se refere às condições de trabalho, no caso brasileiro, figuraram: pedidos de emprego, de transferência de cargo, comentários sobre o descumprimento da legislação trabalhista e sugestões de novas regras para determinados trabalhos. Além destes aspectos, em algumas cartas fica evidenciada a aflição da Segunda Guerra Mundial durar muito tempo e o comércio com a Europa ficar comprometido, implicando na deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

A guerra também contribuiu para a evocação da “batalha da produção”, influenciando diretamente nas condições de trabalho e no aumento da carestia de vida e no descumprimento da legislação trabalhista. Em 1939, do Rio Grande do Sul, o sindicato dos Mineiros solicitava providências urgentes para a regulamentação do horário de trabalho dos serviços de mineração. Eles justificam: “(...) *devido necessidade aumentar produção carvão afim atender interesses do Estado, os operários mineiros exaustos maiores esforços não resistirão 8 horas trabalho consecutivo*”⁶ A proposta sugerida foi de quatro turnos de seis horas o que, segundo eles, aumentaria a produção sem o sacrifício supremo da classe.

Os pedidos de justiça pelo descumprimento da legislação também foram

6 AN-SP, lata 171.

recorrentes. Hilda Maciel, escreve do interior de Minas Gerais, em 1940, para contar sobre o caso de seu marido, Antonio Maciel, que havia trabalhado na construção de um campo de aviação em Ouro Preto mas que, na hora de receber, o dinheiro foi desviado pelo funcionário da Aeronáutica. Sendo mãe de uma filha grande e sem ter a quem mais recorrer, Hilda apela ao “maior dos brasileiros”, no dia de comemoração do Estado Novo, para trazer felicidade para um lar que sempre foi de trabalho e sacrifício⁷, ou seja, que correspondia aos anseios e estava em consonância com o projeto político governamental.

Abusos nas fazendas também figuram nos comentários sobre as arbitrariedades, como os casos dos trabalhadores da cana, no estado da Bahia. Em uma série de cartas de meados de 1942, eles recorrem ao presidente para denunciar os “mandonismos prepotentes”, decorrentes dos abusos de autoridades, e o desrespeito a tabela de pagamento, presente no Estatuto da Lavoura Canavieira⁸. Ainda de acordo com eles, os lavradores continuam sendo explorados em preços, pesagens e pagamentos de suas canas, revelando que a realidade em alguns rincões não corresponde ao “novo” país descrito no discurso oficial.

No que concerne às transferências de cargo, as razões dos pedidos foram bem diversas. Alguns pediram porque gostavam de seus empregos iniciais, outros desejavam estar em zonas mais “seguras” e ainda figuraram os que queriam estar perto da família. Também havia àqueles que acusavam os patrões de perseguições e desejavam voltar para seus cargos anteriores. Dentre os casos, citamos as cartas provenientes dos estados de Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

No caso argentino, Noemi Girbal-Blacha (2011) também encontrou uma série de correspondências, provenientes do Chaco, que denunciavam o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, em 1947. Ainda de acordo com a historiadora, a extrema carestia de vida era omitida no discurso oficial, que apenas convidava a população a produzir e economizar mais, enquanto consumiam menos. Deste modo, tais denúncias se converteram em obstáculos diretos para que as solicitações transcendam o âmbito local de onde foram apresentadas.

De Misiones, em 1950, Maria escreve ao presidente argentino implorando que o problema da água seja resolvido na província. Do Chaco, vários residentes escreveram para o presidente em 1946, com o “dever” de contar ao governante sobre as péssimas condições que a cidade de Resistência enfrentava, sobretudo da necessidade de realização de obras públicas, sendo o caso da falta de saneamento básico o mais perigoso. Além de relatar a causa, que segundo eles por si só já justificava uma providência, os residentes ressaltavam o perigo de uma epidemia, que poderia se espalhar e chegar inclusive nas grandes cidades. Ou seja, para garantir que o pedido

7 AN-SP, lata 320.

8 AN-SP, lata 457.

fosse atendido, eles argumentaram tanto as consequências à nível local quanto nacional. Para tal, colocavam Perón como aquele que poderia solucionar o problema, que era ignorado pelas autoridades locais⁹. Casos semelhantes, de requerimento de obras públicas, também ocorreram em Buenos Aires, em Entre Rios, em Mendoza e em Formosa.

No que se refere à atenção para as famílias, destacamos os planos para a construção de casas, de escolas e de ajuda para a mulher do campo. No que se refere às casas, foram apresentados tanto pedidos de casas pré-fabricadas quanto elaborados projetos de construção de casas populares em diversas partes da Argentina. Aristide Pistachia, de Rosario, em 1952, escreve para sugerir um plano de construção de casa própria para os trabalhadores argentinos e imigrantes¹⁰. Na carta, Aristide utiliza uma série de expressões – como “*buen argentino y mejor peronista*” - e de imaginários políticos peronistas que foram apropriados, ressignificados e utilizados com um fim distinto do governo. Estes usos introduziram e legitimaram o projeto que ele enviou para Perón.

No que se refere ao projeto, o plano consistia na construção das casas pelo governo, que seriam pagas em várias parcelas pelos trabalhadores, ao longo dos anos. As casas também deveriam estar associadas as cooperativas de consumo, que ficariam responsáveis pelos produtos de primeira necessidade, dando segurança e tranquilidade para os trabalhadores e afastando os que desejavam o fracasso do projeto político peronista.

Este exemplo ilustra como o próprio discurso peronista circulou e foi utilizado de distintas maneiras. Neste caso, para legitimar o envio da carta e do projeto pelo trabalhador, isto é, Aristide só escreve e propõe sua ideia por compartilhar a dupla identidade – nacional e política-, os valores, as expressões e as ideias do projeto político peronista. Os pedidos e projetos de casas populares, das cartas analisadas por nós, foram em maior número no âmbito urbano.

Com relação as escolas, em 1951, um grupo de residentes do Chaco enviou um plano bem detalhado para a construção de uma escola na região¹¹. O plano compreendia mapas de localização acompanhada de uma justificativa detalhada para a construção da mesma. O projeto representava o desejo dos que ali residiam, correspondendo à ideia de coletividade e da contribuição de todos para a construção do “novo país”. Ademais, a carta revelava outras necessidades dos habitantes, sendo que a argumentação revelava que a não resolução destes aspectos motivava o êxodo para as cidades.

A necessidade de construção de escolas básicas e de ofício nos interiores da Argentina era uma constante na correspondência dos trabalhadores, sobretudo daqueles que não viviam nos grandes centros. De acordo com Giral-Blacha (2011),

9 GN-MT, caixa 445.

10 AGN-MT, caixa 458.

11 AGN-MT, caixa 668.

trabalho e educação eram, na “nova Argentina”, componentes básicos para a ascensão social. Assim, concordamos com a historiadora argentina ao afirmar que, ainda que nem sempre estas demandas tivessem uma resposta oficial, é significativo o lugar que ocupam na consciência social da população argentina daquele momento. Ainda segundo a historiadora, nos anos 1950, a “nova Argentina” muda seu rumo econômico, propiciando a “volta ao campo”. Com a crise econômica, os aumentos de salário diminuem de ritmo e o governo busca alternativas de incentivar o esporte, o turismo massivo e o papel dos jovens para a construção do futuro. Economizar e produzir mais, consumindo menos, é a mensagem oficial aos trabalhadores e a todos os argentinos.

Com relação aos demais casos, relacionados às condições de trabalho e a legislação rural, José Del Valle escreve em 1946, de Santa Fé, para fazer algumas considerações sobre o *Estatuto del Peon*, especialmente das condições dos peões do campo, os posseiros¹². Consideramos que os comentários, em tom de denúncia de José, revelavam, por um lado, como os proprietários de terra contornavam a legislação rural, e, por outro lado, como a mesma ainda era insuficiente, já que ainda permitia a exploração do trabalhador. Também consideramos que este caso poderia ultrapassar as fronteiras de Santa Fé e representar outros casos de posseiros que estavam sendo explorados, mostrando que a justiça social da “nova Argentina” ainda estava ausente em diversas partes. Os comentários de José foram acompanhados por sugestões, que deveriam ser adaptadas ao Estatuto.

Apesar das sugestões para conter a exploração, não encontramos documentos do encaminhamento do projeto e tampouco estas alterações no Estatuto. Contudo, mais do que tratar de histórias com pedidos atendidos, nossa intenção é mostrar como estes trabalhadores perceberam e experimentaram o governo peronista. As dificuldades de José representavam as de outros trabalhadores do campo, que eram explorados, mas que encontravam brechas na burocracia para atuar e tentar modificar a sua situação. Do mesmo modo, para algumas pessoas, os órgãos e os funcionários públicos não estavam completamente desacreditados, como é o caso de José, que solicita a presença de alguém representante destes poderes para que o pagamento de fato seja realizado.

Ainda sobre o descumprimento da lei e de injustiças laborais, Maria A.Z de Brayado escreve em abril de 1950, pedindo a mediação de Perón para a questão da demissão de seu marido, um trabalhador rural, que não recebeu a indenização e os demais custos que deveriam ser pagos pela empresa¹³. Ao pedir ajuda, ela se identifica como argentina e mãe, representando não apenas a sua família, mas todas as famílias que estão passando por problemas semelhantes na Argentina. As imagens de argentina e mãe se combinam com as de ânimo e esperança no governo peronista, que ao ser dirigido por Perón, o “justiceiro”, possibilitaria que a justiça fosse feita.

¹² AGN-MT, caixa 582.

¹³ AGN-MT, caixa 458.

Em seguida, Maria descreve o que ocorreu com seu marido e outros empregados da Companhia Exportadora “La Plata Cereal”, enfatizando a dificuldade que a demissão, sem os devidos pagamentos ao seu marido, tem causado à família como um todo, principalmente por ser a única fonte de renda deles. O que é importante destacar é a forma como Maria procurou demonstrar que o seu problema particular é correspondente ao de outras famílias da região, que também deveriam ter seus problemas solucionados por Perón.

Assim, neste tipo de cartas também encontramos: a noção de coletividade que fica evidenciada no apelo e na mirada de problemas individuais que também representam o coletivo; a concepção da justiça e a relação com o pedido estar em correspondência com o que se almejava na “Nova Argentina”; e a polissemia das imagens do presidente, que era visto não apenas como o mediador dos problemas entre empregados e empregadores, mas principalmente como o solucionador destes problemas.

Maria não justifica ou legitima o envio da carta com os lemas ou consignas peronistas. Consideramos que a ausência de menção pode ser atribuída à legitimidade creditada ao próprio acontecimento: a empresa cometeu uma injustiça com os empregados e, assim, não há razão para o presidente não mediar e solucionar o conflito a favor dos trabalhadores. Como o acontecimento descrito é mencionado em forma abstrata nos discursos políticos de Perón e na propaganda política governamental, para Maria, acreditamos, o mesmo se justifica e está legitimado por Perón desde o início da sua relação com os trabalhadores, quando já prometia ser o garantidor da justiça social no país, antes mesmo de ser presidente.

As denúncias de não cumprimento da legislação trabalhista em determinados locais também foram numerosas revelando a dificuldade de implementação das leis em locais mais afastados das capitais. Além das denúncias, no que se refere ao emprego, também identificamos projetos para instrumentos de trabalho e valorização da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das especificidades e particularidades dos casos, em ambos os países, os processos de organização e profissionalização tiveram um caráter autoritário, que foi revelado por meio da exigência de um tipo ideal de funcionário público, que deveria ser controlado, censurado e teria uma punição maior, se fosse identificado como “inimigo da pátria”.

Os funcionários públicos eram os soldados das “revoluções” empreendidas no Brasil e na Argentina e, a partir de argumentos distintos, deveriam dar o exemplo, monitorar e fazer com que a ordem fosse mantida. No caso brasileiro notamos uma preocupação maior com as questões técnicas e burocráticas. Já no caso argentino, além destes aspectos, também pudemos notar uma maior preocupação com a

doutrinação dos funcionários.

As estruturas tratadas revelaram que, por trás da noção de “diálogo direto” entre o governante e os governados, existiu elaborados aparatos governamentais, com diversos mediadores especializados, que tornaram a sustentação do “diálogo direto” possível. Além disto, apesar de nem todas as cartas terem sido respondidas ou encaminhadas com um processo, as que foram contribuíram para a construção e a manutenção do “círculo imaginário” entre os governantes e as pessoas comuns. As estruturas também contribuíram para as imagens produzidas no momento como de governos eficientes, de trabalhadores e à serviço de todos os seus cidadãos. Apesar da correspondência entre governante e governados antecederem os governantes brasileiro e argentino, consideramos que o diferencial destes governos pode ser encontrado nos instrumentos (re) criados, na profissionalização do trato das cartas e na valorização e nos usos das mesmas por estes regimes.

No que concerne à correspondência, a análise da mesma revela que seja por acreditarem ou por usarem estrategicamente, eles procuraram atuar politicamente e reivindicar seus espaços nestes projetos diante das possibilidades e brechas encontradas, ainda que limitadas. Consideramos que as missivas devem ser compreendidas à luz das relações específicas e desiguais que compunham os rituais varguista e peronista.

Apesar das particularidades destes espaços simbólicos, identificamos aspectos comuns das cartas de modo geral e de modo específico. De modo geral, em ambos os casos, a grande maioria dos remetentes argumentou que escrevia mais baseado em suas experiências, vivências e percepções do que em estudos analíticos. O papel central do Estado- enquanto interventor, mediador ou solucionador da situação apresentada-, as noções de construção nos dois países, as ideias de coletivo para atingirem o progresso econômico e, os usos dos discursos oficiais, especialmente de governos de trabalhadores ou para os trabalhadores, também constituem estes aspectos comuns gerais.

Com relação as particularidades gerais, no Brasil, a maioria das cartas e telegramas encontrados são mais objetivas e, em geral, de sindicatos enquanto, na Argentina, a maioria das cartas é mais longa, detalhada, e, em geral, de pessoas que não se identificaram como representantes de sindicatos ou associados à algum tipo de organização política. Ademais, quando comparamos os tons das cartas brasileiras e argentinas percebemos que, as missivas do segundo caso têm um tom mais reivindicativo do que as do primeiro. Em outras palavras, os trabalhadores argentinos reivindicaram de forma mais direta e, por vezes, enfática do que os brasileiros, que procuraram reivindicar de outras formas.

REFERÊNCIAS

Cartas Argentinas

Archivo General de la Nación, fundo Secretaria Técnica 1º y 2º de la Presidencia del teniente general Juan Domingo Perón, cajas 455-679.

Cartas Brasileiras

Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República.

Referencias bibliográficas

ACHA, Omar. *Crónica sentimental de la argentina peronista. Sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

BERROTARÁN, Patricia. “José Figuerola. El estadígrafo de Perón”. In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *La segunda línea: liderazgo peronista 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Pueblo Heredero; Sáenz Peña: Universidad Tres de Febrero, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GIRBAL-BLACHA, Noemí M. *Vivir en los márgenes. Estado, políticas públicas y conflictos sociales*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. (org). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUY, Donna. *La construcción del carisma peronista. Cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.

MALATIAN, Teresa. “Cartas- Narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a história comparada na América Latina”. *Revista de História*, n, 153, 2005, pp. 11-33.

REIS, José Rogério Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945)”. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

SILVA, José Rogério da. “Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, durante o Estado Novo”. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1992.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-054-4

